



## **PRODUÇÃO CAPITALISTA E PAUPERIZAÇÃO:** as contradições no campo Sul Rio-grandense e a Política de Assistência Social

**ENGEL**, Bruna Michele  
**LUSA**, Mailiz Garibotti

**RESUMO:** O trabalho trata sobre o processo dialético e articulado de produção de riquezas e de pauperização no campo, especificando o olhar para o Estado do Rio Grande do Sul e, nele, para o atendimento prestado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aos trabalhadores rurais. Visa reconhecer e analisar as raízes e os efeitos do processo no momento atual, bem como sua relação com o atendimento realizado segundo a PNAS. Apresenta os resultados parciais de pesquisa, fundamentada no método crítico dialético, com abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e documental. No desenvolvimento, trata sobre a produção de riquezas e o empobrecimento rural no capitalismo, traça indicativos sobre como tal processo ocorre no Rio Grande do Sul e sobre o atendimento ou não atendimento no âmbito da PNAS.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo. Pauperização. Assistência Social.

### **1 INTRODUÇÃO**

No capitalismo são diuturnos os processos de transformação. Inclui-se neles, inclusive, aquele em que as famílias e indivíduos do campo, ao dormirem, acordam mais empobrecidos. É da dinâmica constitutiva do modo de produção capitalista a acumulação de riquezas por um lado, e no polo diametralmente oposto, a produção exponencial da pobreza, reconhecida como uma dentre as diversas expressões da questão social.

Historicamente o atendimento às situações de pobreza inicia-se pelas instituições religiosas, fundamentado na caridade. Com o tempo, passou-se a requisitar maior apuro técnico para o atendimento, o que articulou-se à transferência crescente dessa responsabilidade para o Estado, passando-se a identificar como atendimento público da Assistência Social. Neste decurso, a Assistência Social sempre foi dirigida à população pauperizada, o que, inclusive, fica subentendido na Constituição Federal de 1988.

Considerando que o rural é um forte traço da configuração sul-rio-grandense e que, nele, há diversas ruralidades, pretende-se reconhecer e analisar as raízes e os efeitos do processo dialético de enriquecimento e empobrecimento rural no Rio Grande do Sul (RS) no momento atual, bem como sua relação com o atendimento realizado no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Para atender a esse objetivo, elaborou-se este trabalho, que está organizado em três seções, as quais tratam sequencialmente sobre a pauperização no campo e o processo de acumulação capitalista; sobre o aguçamento do



empobrecimento no campo e sua correlação com as áreas com presença do latifúndio e sobre a assistência social enquanto política historicamente destinada a intervir na pobreza.

Metodologicamente, o trabalho resulta de pesquisa desenvolvida no âmbito do Serviço Social, fundamentada no materialismo histórico dialético marxista, com abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e documental e apresenta os resultados parciais, considerando que a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento. Ao final, são indicadas as áreas de maior concentração de latifúndios e de produção da pauperização no espaço agrário do RS e problematiza-se o tipo de atenção conferida no âmbito da PNAS.

## **2 PAUPERIZAÇÃO NO CAMPO E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA**

Em linhas gerais, um dentre os principais pressupostos desse trabalho é que o modo de produção capitalista marca também o campo e, por conseguinte, gera nesse espaço expressões da questão social, dentre as quais encontra-se a pauperização. Ressalta-se nesse sentido, que as expressões da questão social resultam da relação dialética, contraditória e, todavia, fundamental entre capital e trabalho no capitalismo. Significa que é a partir do entendimento da lei geral da acumulação capitalista que se compreende a produção das diversas manifestações da questão social na sociedade moderna.

Além disso, no capitalismo as duas classes fundamentais, burguesia e proletariado – a primeira detentora dos meios de produção e a segunda proprietária tão somente da sua força de trabalho – colocam-se em relação na esfera da produção de riquezas, conferindo concretude, de um lado, à produção da riqueza sob a forma de capital e, de outro, à produção da pobreza e da miséria em razão exponencialmente inversa (IAMAMOTO, 2012).

Também no espaço rural ocorre esse mesmo processo de produção de mais valor sobre o capital agrário, agrícola e agropecuário, e de forma exponencial e inversa a acumulação de situações de pobreza e de miserabilidade, oriundas do não acesso às condições para suprir as necessidades humanas básicas. É esse processo que gera um abismo crescente de desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas, pois que encontra-se na raiz da produção das diversas expressões da questão social, dentre as quais a pauperização no campo.

Assim, apreende-se que são expressões da questão social, entre outras, a pobreza e o processo de empobrecimento; a expropriação fundiária no campo e na cidade; a fome e toda a falta de acesso aos bens e serviços sociais; a violação de direitos; a violência em suas diversas manifestações; as desigualdades, discriminações e formas de exploração de



gênero, classe, raça e etnia, geração, orientação sexual; mas, também, as lutas de resistência à própria exploração.

Desse modo, todas estas expressões da questão social tem concretude não só nas cidades, mas também no campo e se manifestam no cotidiano de vida, impondo obstáculos essencialmente para a classe trabalhadora camponesa, gerando as mais variadas violações de direitos. Dentre as expressões da questão social no campo, destacam-se a pobreza, a questão agrária e as lutas sociais, que coexistem de forma mediada e dialética.

A questão agrária se manifesta no Brasil desde o período colonial, quando se expropriou a população indígena das terras que lhe pertenciam originalmente, bem como privou-se outro significativo contingente populacional, as negras e negros, do acesso a terra. Especialmente a última estratégia foi fundamental para se assegurar a força de trabalho livre para a exploração, que viria se consolidar nos moldes capitalistas somente a partir do século XX. Neste sentido é que se afirma que, no campo, o trabalhador é pobre porque a riqueza que produz vai se acumular do outro lado da porteira, bem longe dele, da sua família e do seu espaço de vida e de trabalho (GIOVENARDI, 2003). Por isso, o acesso e a propriedade da terra são poderes em que se alicerçam diversas formas de dominação, especialmente de caráter político e econômico, resultando disso o interesse das elites brasileiras em deter grandes extensões de terra, preferencialmente voltadas para apenas um tipo de cultivo (latifúndio-monopolista-monocultor). Decorre disso o reconhecimento que a questão fundiária e todo o conjunto de determinantes e seus efeitos compõem o que se convencionou chamar de 'questão agrária', que se constitui como uma das mais graves e contundentes manifestações da questão social no campo.

No Brasil, a pobreza e o processo de empobrecimento contínuo e permanente seguem como um fenômeno histórico-estrutural no espaço rural, uma vez que o campo tem sido cada vez mais atravessado pelas contradições próprias do capitalismo<sup>1</sup>. Proporcionalmente o processo de empobrecimento tem afetado de forma mais intensa a população do campo, do que da cidade. Se por um lado a população passa a não ter como se manter produzindo no campo e acaba migrando para as periferias urbanas, onde

---

<sup>1</sup> Em termos relativos, a pobreza rural ainda é extremamente expressiva no país. Os dados da PNAD (IBGE, 2009) revelaram que 8.4 milhões de pessoas que faziam parte da população rural total (30.7 milhões de pessoas) eram classificadas como pobres (renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R\$ 207,50); e 8.1 milhões de pessoas eram classificadas como extremamente pobres (renda per capita mensal de até ¼ salário mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R\$ 103,75). Isso significa que no ano de 2009 aproximadamente 54% da população rural total era enquadrada como pobre. A distribuição espacial da pobreza rural revela que 53% do total de pessoas classificadas como pobres viviam no Nordeste do país, região que respondia também por 70% do total de pessoas extremamente pobres. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Pobreza-rural-um-fenomeno-historico-relacionado-a-estrutura-agraria-do-pais/7/25309>. Acesso em: 20 mai. 2017.



continua vivendo privações e violações de direitos, por outro, aqueles/as que conseguem permanecer no campo vivem um novo processo de exploração, muito invisível e ultramoderno, que é o endividamento bancário (SILVA, 2014). Com o empobrecimento rural, associado ao esgotamento da terra, não resta alternativa para os camponeses que ainda querem produzir, a não ser contrair empréstimos bancários para financiar a sua produção, na expectativa de que com ela possam quitar seus empréstimos. Ocorre que, pelo contrário, o que seria estratégia para sair do patamar de pobreza rural, termina por ser uma forma de maior aprofundamento da pauperização (SILVA, 2014; DUARTE, 2017).

Numa realidade como esta, contudo, numa perspectiva dialética nota-se que onde há exploração permanente e contínua, materializada no aguçamento da pobreza e da questão agrária, há também resistência. As lutas camponesas que sempre marcaram a vida no campo brasileiro têm se tornado, cada vez mais, presentes. Dialeticamente, é quando não há mais o que ser explorado, ou pouco há, é que o/a trabalhador/a camponês/a radicaliza sua resistência, através de estratégias coletivas. Neste sentido, têm aumentado

[...] as lutas populares no campo, materializadas pelas ocupações de terras, promovidas pelo MST e demais movimentos sociais. Elas tencionam o latifúndio e fazem parte das estratégias políticas dos trabalhadores para resistirem ao assalariamento e aos processos de exploração e expropriação, num cenário de hostilidade do capital no espaço agrário e intensa violência por parte dos ruralistas (DUARTE, 2017, p. 125).

A partir disso, compreende-se que o enfrentamento das expressões da questão social, manifestas também nas lutas sociais empunhadas pelas mulheres e homens camponeses, constitui-se, também, como uma forma essencial para construir resistência, envidar esforços coletivos e produzir transformações nesta sociedade capitalista, produtora de desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais no campo e na cidade.

Este conjunto determinante de expressões da questão social – pauperização, questão agrária (fundiária) e lutas sociais – se manifesta também no espaço rural no Rio Grande do Sul. É o que se passa a explanar brevemente.

### **3 O AGUÇAMENTO DO EMPOBRECIMENTO NAS REGIÕES DE LATIFÚNDIO NO RS**

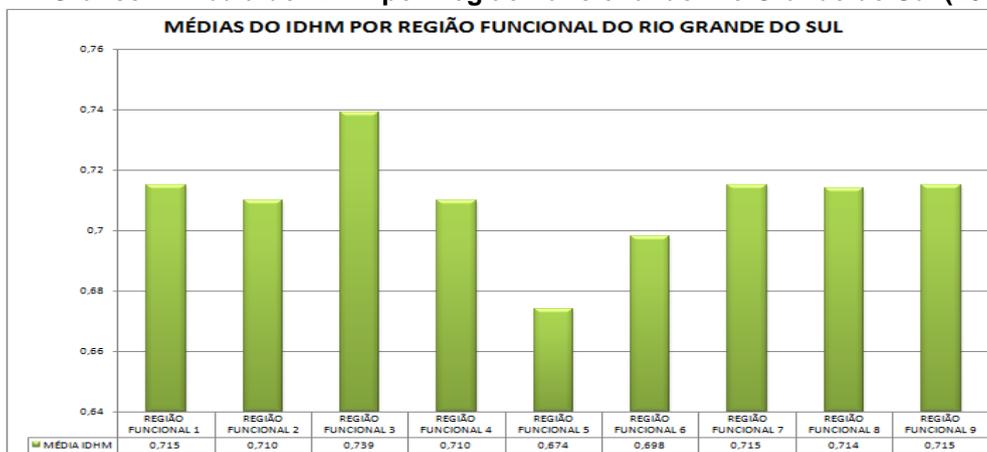
Há uma gama de diversidades rurais no Rio Grande do Sul, o que leva a afirmar que é possível reconhecer nesse estado variadas ruralidades. Durante a pesquisa, ao buscar conhecer as nove regiões funcionais do estado, adentrou-se no levantamento dos aspectos socioeconômicos, identificando-se alguns elementos importantes, os quais indicam o processo de pauperização camponesa, que ocorre com variações nessas regiões.



A partir da análise relacional entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal<sup>2</sup> (IDHM, 2010), o tamanho das propriedades rurais e a média do valor bruto adicionado nas nove Regiões Funcionais de Desenvolvimento do Estado<sup>3</sup>, pode-se depreender algumas considerações sobre a pauperização, que passam a ser apresentados de forma breve<sup>4</sup>.

A análise teve por metodologia inicialmente o levantamento dos municípios que formam cada Região Funcional e, em seguida, seus respectivos IDHM. Após, projetaram-se as médias aritméticas do IDHM dos municípios conforme a Região Funcional. Tais médias são apresentadas no gráfico a seguir.

**Gráfico 1: Média do IDHM por Região Funcional do Rio Grande do Sul (2010)**



Fonte: as autoras, com base nos dados do IDHM do RS (2016).

O gráfico evidencia que a média de IDHM da Região Funcional 3 (0,759) foi a mais alta, comparada as demais. Além disso, as Regiões Funcionais 1, 2, 4, 7, 8, 9 apresentam média de IDHM semelhantes, quando não iguais (0,715; 0,710; 0,710; 0,715;

<sup>2</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador composto por três dimensões: a longevidade, a educação e a renda. O resultado varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do município.

<sup>3</sup> As Regiões Funcionais de Desenvolvimento do Estado são compostas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDE's. Essas são escalas utilizadas atualmente como referência para elaboração de vários instrumentos de planejamento, estudo e diagnósticos. Foram agrupadas em 2015 “com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e em variáveis relacionadas a identificação das polarizações de emprego, dos deslocamentos por tipo de transporte, da hierarquia urbana, da organização da rede de serviços de saúde e educação superior, entre outros”. São elas: RF 1: Centro Sul; Metropolitano Delta do Jacuí; Paranhana; Encosta da Serra; Vale do Cai; e Vale do Rio dos Sinos. RF 2: Vale do Rio Pardo; e Vale do Taquari. RF 3: Campos de Cima da Serra; Hortênsias; e Serra. RF 4: Litoral. RF 5: Sul. RF 6: Campanha; e Fronteira Oeste. RF 7: Celeiro; Fronteira Noroeste; Missões; e Noroeste Colonial. RF 8: Alto Jacuí; Central; Jacuí Centro; Vale do Jaguarí. RF 9: Alto da Serra do Botucarai; Médio Alto Uruguai; Nordeste; Norte; Produção; e Rio da Várzea (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

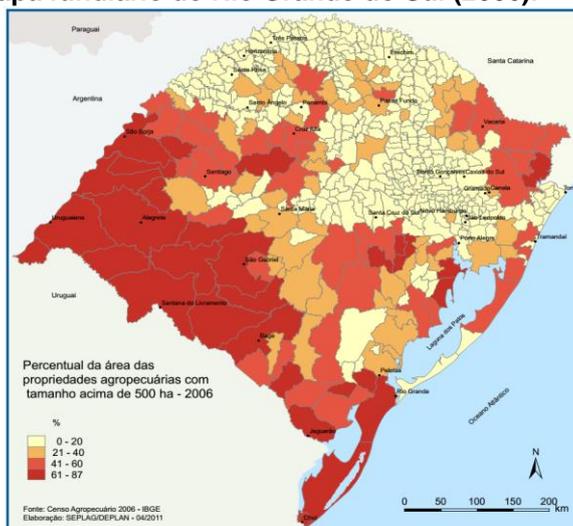
<sup>4</sup> Considerada as configurações deste trabalho, as autoras privilegiaram apresentar neste trabalho os fundamentos teóricos e históricos que possibilitaram identificar os nexos causais entre a configuração das regiões funcionais e o processo de pauperização, apresentando o resultado da análise de dados socioeconômicos de forma mais abreviada.



0,714; 0,715, respectivamente). Já a Região Funcional 5 (0,674) e a Região Funcional 6 (0,698) tiveram as menores médias, quando comparadas às demais.

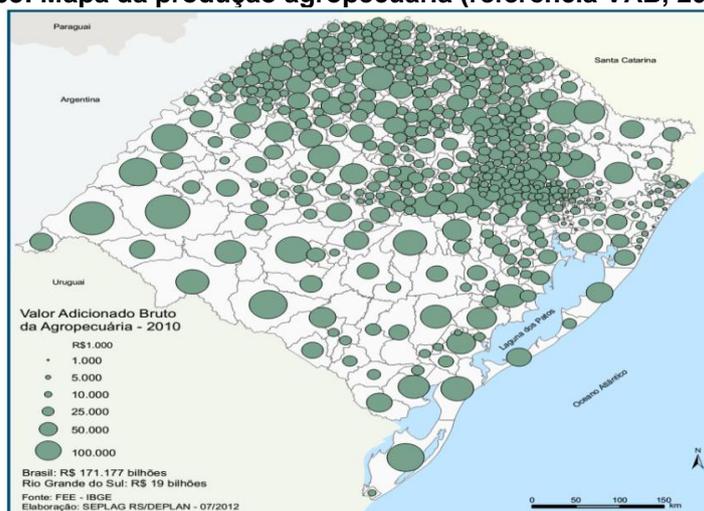
Na sequência da análise, relacionou-se os resultados com outros dois mapas, os quais apresentam a configuração agrária do RS: o mapa da estrutura fundiária, que indica a diversidade presente no estado e o mapa do valor adicionado bruto de agropecuária (VAB), que apresenta os índices de produção. Esses mapas seguem abaixo nesta mesma ordem.

**Figura 02: Mapa fundiário do Rio Grande do Sul (2006).**



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, SEPLAG, 2013.

**Figura 03: Mapa da produção agropecuária (referência VAB, 2010)**



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, SEPLAG, 2013

A análise dos mapas juntamente com os dados das Médias do IDHM dos municípios que compõem as Regiões Funcionais, evidencia que as Regiões 1, 2, 4, 7, 8, 9



são constituídas predominantemente por propriedades agropecuárias com menos de 500 hectares, notando-se a presença tanto do latifúndio, como da agricultura familiar. Nessas regiões a média de IDHM também é semelhante, ficando no patamar mediano no âmbito do RS. Já em relação à produção agropecuária, estas regiões não perdem proporcionalmente, em nível produtivo em relação às demais regiões, quando consideradas a quantidade de produção *versus* o número de estabelecimentos rurais. No viés desta análise, considerou-se que todas são perpassadas pela lógica produtivista do capital que, assim, atravessa todas as ruralidades, implicando o acesso diferenciado aos bens de consumo nas médias e pequenas propriedades, que predominam nestas regiões.

Já as Regiões Funcionais 5 e 6, localizadas nas parcelas oeste e sul do estado, em sua maior parte (cerca de 87%) se constituem de propriedades agropecuárias acima de 500 hectares, o que aponta a presença majoritária de latifúndios. São essas duas regiões que apresentam as menores médias de IDHM e os maiores valores de produção, apenas quando analisado isoladamente o valor individual produzido em cada unidade agropecuária.

A partir disso, identificou-se que é nas regiões com predomínio das maiores propriedades, que o sistema produtivo gera, no seu reverso, uma vasta produção de desigualdades e de pauperização, presentes no campo e nas cidades. Neste processo, produz-se às margens e mesmo dentro da dinâmica capitalista um contingente de camponeses pauperizados ou em processo de pauperização. Essa população camponesa acaba não sendo atendida pelo Estado, embora se configure como detentora de direitos (LUSA, 2012). Isso ocorre, pois as políticas, programas, serviços e equipamentos sociais são planejados e executados numa perspectiva meramente urbana, que desconsidera as particularidades do campo e da população camponesa, o que resulta na destituição do seu caráter de universalidade.

#### **4 ASSISTÊNCIA SOCIAL: POLÍTICA DESTINADA A INTERVIR NA POBREZA**

Historicamente a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) é destinada a 'quem dela precisar', o que significa, objetivamente, 'à população pauperizada'. Considerando que, 'no campo a pobreza acumula-se do lado da porteira em que vive o camponês e sua família', conforme apontado no item anterior, reconhece-se que os trabalhadores rurais pauperizados configuram-se como população que demanda atendimento desta política social.



É interessante considerar que os sujeitos rurais que procuram pelo atendimento dos equipamentos da PNAS (2004), em uma análise preliminar, não se diferenciam daqueles sujeitos urbanos, que também acessam a mesma política, geralmente através do mesmo equipamento ou serviço, portanto, por meio do atendimento da mesma equipe técnica.

Estudos apontam que “[...] são famílias em ‘vulnerabilidade’ e/ou ‘risco social’, em sua maioria, trabalhadores rurais que se sustentam através da agricultura, em que toda a família participa de alguma fase do plantio”. Eis que, então, “[...] começam a aparecer as especificidades do público rural: são trabalhadores rurais da agricultura de base familiar, visto que toda a família colabora em alguma fase do processo de produção, para que seja possível a subsistência através do próprio trabalho” (LUSA, 2012, p. 295).

Essa identificação é complementada, quando observadas as especificidades de gênero, classe social e geração do público que busca pelo atendimento na PNAS (2004). Trata-se de “trabalhadores rurais em atividade, de ambos os sexos, bem como trabalhadores rurais aposentados, também de ambos os sexos, além de adolescentes e crianças oriundas dessas famílias” (LUSA, 2012, p. 296).

Avançando na análise, percebe-se que estes trabalhadores buscam garantir a sua reprodução social através da agricultura familiar, todavia, pela baixa rentabilidade da atividade, acabam se configurando como público de baixa-renda, identificado por este, mas também por outros motivos, como ‘famílias em vulnerabilidade e/ou risco social’, segundo a PNAS (2004). Isto indica que o processo de empobrecimento atinge parcela significativa da população do campo, levando-os a requisitar o atendimento através da inserção em benefícios sociais, tais como os programas de transferência de renda, que se tornam a única fonte de renda fixa mensal. Assim, o valor dos benefícios, mesmo que residual e focalizado, é, geralmente, o que assegura a reprodução social da família camponesa.

Considerando isso, em um segundo momento da pesquisa, foram identificados os equipamentos da PNAS (2004) que, possivelmente, atendem a população rural que dela precisa. Ao fazer o levantamento dos equipamentos de Assistência Social, considerando um município com menor e outro com maior IDHM em cada região, não foram encontrados em nenhuma das cidades equipamentos específicos para atendimento da população rural, como por exemplo, CRAS Rural. É preciso destacar que em 18 cidades havia, pelo menos, um CRAS para atendimento à população em geral, e em apenas uma cidade não havia nenhum equipamento da PNAS.

Assim, os resultados, ainda preliminares, sinalizam que o rural no RS possui e produz implicações da e na PNAS (2004), seja de modo sazonal, ou não. Isso decorre,



dentre outros determinantes, da desigualdade social intrínseca ao capitalismo, constituindo-se como uma das contradições deste modo de produção, derivadas da relação entre capital e trabalho no campo.

## **5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E APONTAMENTOS PARA A CONTINUIDADE DO DEBATE**

Reconhece-se, preliminarmente, que tem aumentado o contingente de camponeses pauperizados ou em processo de pauperização no Brasil, o que ocorre também no estado do RS. Como resultado das análises, notou-se a existência de relação entre o aprofundamento da dinâmica capitalista no espaço rural – inclusive com a instalação de processos de trabalho desenvolvidos com inovações tecnológicas e com a ampliação da exploração da força de trabalho assalariada –, o empobrecimento no campo, e a ausência de serviços, equipamentos e mesmo de atendimento efetivo da PNAS para a classe trabalhadora camponesa.

Considera-se também que, infelizmente, no contexto de contrarreformas do Estado, que são declaradamente destruidoras dos direitos sociais de toda a classe trabalhadora, os direitos das/os trabalhadoras/es do campo, conquistados à duras penas através das lutas, mobilizações e movimentos sociais do campo, encontram-se gravemente ameaçados.

Além disso, entende-se que produção de desigualdades sociais e da pauperização é intrínseca ao capitalismo, constituindo-se como uma dentre as contradições desse modo de produção, derivadas da contradição fundamental: a relação entre capital e trabalho.

A economia brasileira, desde os tempos coloniais, esteve atravessada fundamentalmente pelo modelo capitalista de exploração, seja quando ainda se operava na colônia a acumulação primitiva de capital, seja quando a partir dela começou-se a desenvolver de forma tardia e dependente o capitalismo baseado na economia urbano-industrial. Nesse processo, é incontestável a presença das bases agrárias no modelo de sociedade e de Estado, por isso entende-se que o espaço agrário brasileiro determinou e determina o perfil atual da sociedade e do Estado brasileiros.

Historicamente neste mesmo espaço foram sendo produzidos processos de pauperização permanentes, os quais possibilitam reconhecer, especificamente no RS, a relação entre a distribuição/concentração de terras, a produção agropecuária e a existências de baixos índices de desenvolvimento humano. Este reconhecimento permite aferir que a pauperização do campo ocorre fundamentalmente onde há maior concentração de terras e



que, na diversidade de ruralidades no RS, o empobrecimento das populações camponesas é um traço histórico e permanente. Este traço precisa ser melhor analisado, para que se compreenda outras determinações do modo de produção capitalista no campo que possam lhe atingir.

## Referências

DUARTE, Kamilla Alves. **Decifrando o enigma**: a pobreza na raiz da financeirização e a mediação do Agroamigo no Rural do município de Arapiraca-AL. 2017. fl. 174 (Mestrado em Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2017.

GIOVENARDI, Eugênio. **Os pobres do campo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.

HIRANO, Sedi. **Formação do Brasil Colonial**: pré-capitalismo e capitalismo. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social**: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas. 2012. 394 f. Tese (Doutorado em Serviço Social).

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Regiões Funcionais de Planejamento**. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/regioes-funcionais-de-planejamento>>. Acesso em: 31 mar. 2017

SILVA, Manuelle Nascimento da. **Capitalismo e questão agrária**: a equação que resulta na pobreza rural em Palmeira dos Índios, 2014. 89 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Maceió, 2014.